



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de 2012, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 -  
2 3º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A,  
3 Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a III sessão ordinária do Conselho  
4 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada e presidida  
5 pelo magnífico reitor, professor, Helio Waldman, com a presença dos seguintes Conselheiros:  
6 Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Ana Maria Pereira Neto, representante suplente docente  
7 do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Anderson  
8 Orzoni Ribeiro, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH);  
9 Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do CCNH; Claudionor Francisco do  
10 Nascimento, representante docente do CECS; Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de  
11 graduação; Edmárcio Antonio Belati, representante docente do CECS; Eduardo de Moraes  
12 Gregores, representante docente do CCNH; Fernando Zaniolo Gibran, representante docente  
13 do CCNH; Francisco de Assis Comarú, substituto eventual do pró-reitor de extensão; Guiou  
14 Kobayashi, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição  
15 (CMCC); Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; Joel Pereira Felipe; pró-reitor de  
16 assuntos comunitários e políticas afirmativas; José Carlos da Silva, representante suplente dos  
17 técnicos administrativos; Josiene Silva, representante da comunidade civil; Josué Silva dos  
18 Santos, representante discente de pós-graduação; Klaus Capelle; pró-reitor de pesquisa;  
19 Marcelo Carlos Cunha Breganhola, representante dos técnicos administrativos; Maria de  
20 Lourdes Merlini Giuliani, representante docente do CMCC; Maria Gabriela S. M. C.  
21 Marinho, representante docente do CECS; Mauricio Wojslaw substituto, pró-reitor de  
22 administração; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Michel Oliveira  
23 da S. Dantas, representante docente do CECS; Nasser Ali Daghastanli, representante docente  
24 do CECS; Reinaldo Luiz Cavasso Filho, representante suplente docente do CCNH; Roberto  
25 Serra, substituto pró-reitor de pós-graduação Rogério Perino de Oliveira Neves, representante  
26 docente do CMCC; Ronny Maciel de Matos, representante dos técnicos administrativos;  
27 Rosana Denaldi, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; Sergio Daishi  
28 Sasaki, representante docente do CCNH; Sérgio José Custódio, representante discente de pós-  
29 graduação; Sonia Maria Malmonge, substituta eventual do professor Gilberto Martins, diretor  
30 do CECS; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Ausências Justificadas: Igor Leite Freire,  
31 representante docente do CMCC; Ausentes: Cristiane Otero Reis Salum, representante  
32 docente do CMCC; Fátima Crhistine da Silva, representante dos servidores técnico-  
33 administrativos; Jefferson José da Conceição, representante da comunidade civil; João  
34 Manuel M. Coutinho, representante discente de graduação; Leonardo Santos Salles Varallo,  
35 representante discente de graduação; Ricardo Senese, representante discente de graduação;  
36 Rodrigo Reis de Oliveira, representante discente de graduação. Não-votantes: Ademar  
37 Bernardes Júnior, secretário executivo; Aline Bella, chefe da Divisão de Conselhos, em  
38 exercício; Dácio Roberto Matheus, relator do grupo de trabalho das atividades esporádicas;  
39 Leonel M. Sampaio, coordenador desenvolvimento institucional; Marcelo Augusto  
40 Christoffolete, presidente da Comissão de Gestão de Resíduos (CoGRe); Soraya Cordeiro,  
41 secretária-geral. Apoio: Aline Santiago e Daniely Campos, assistentes em administração da  
42 Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes,  
43 abre a sessão às 14h19, com os **Informes do Reitor**: 1) Professor Waldman informa que será



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 apreciada a pauta suplementar, que trata de assuntos pendentes da II sessão ordinária do  
2 Consuni, e propõe que essa seja considerada logo após os informes dos conselheiros.  
3 Aprovado por unanimidade; 2) parabeniza a UFABC pela primeira colocação no estado de  
4 São Paulo e segunda colocação no país obtidas no Exame Nacional de Desempenho de  
5 Estudantes (Enade); 3) comunica que o Senador Blairo Glade enviou para apreciação da  
6 Câmara dos Deputados um projeto de lei que permite a pessoas físicas realizarem doações  
7 para instituições públicas de ensino superior e deduzir o valor do imposto de renda; 4)  
8 posiciona que há um manifesto da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade  
9 Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para a revisão de um projeto de lei, em  
10 discussão no Congresso Nacional, que redefine a carreira docente nas universidades federais.  
11 O manifesto tem enfoque em três pontos preocupantes do projeto: o ingresso dos docentes  
12 somente no primeiro nível, na classe de professor auxiliar, sem a exigência do título de  
13 doutor; a definição de atividades compatíveis com o regime de dedicação exclusiva (RDE),  
14 dentre as quais não figuram as atividades esporádicas em assuntos de especialidades; o papel  
15 atribuído ao MEC em relação aos critérios de promoções, avaliações, concursos e, em  
16 especial, a avaliação para professor titular. Propõe moção de apoio ao manifesto: “O  
17 *CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO*  
18 *ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, considera que a manutenção da educação*  
19 *superior pública de qualidade relaciona-se, intimamente, aos critérios para ingresso e*  
20 *promoção de docentes, ao estímulo à participação em projetos de pesquisa e inovação e à*  
21 *infallibilidade dos princípios de autonomia universitária. Deste modo, declara seu apoio ao*  
22 *manifesto da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira para o*  
23 *Progresso da Ciência (SBPC) quanto ao Projeto de Lei nº 4.368, que redefine a carreira*  
24 *docente nas Universidades Públicas Federais”. Aprovado por unanimidade; 5) informa que a*  
25 *Reitoria recebeu da Comissão de Políticas de Segurança (CPS) uma proposta para políticas de*  
26 *segurança para a UFABC, e esse assunto comporá o Expediente da próxima sessão ordinária.*  
27 *O coordenador da Comissão, Expedito, relata que a CPS produziu o documento baseando-se*  
28 *em vários aspectos relativos a segurança e que o mesmo apresenta alguns indicativos, papel*  
29 *dos coordenadores, sanções, entre outros; 6) expõe que houve uma reformulação nos Cargos*  
30 *de Direção (CDs) e nas Funções Gratificadas (FGs) para atender às demandas do Ministério*  
31 *da Educação (MEC), porém, os trabalhos referentes ao mapeamento de competência ainda*  
32 *estão em curso. O coordenador da CGRH, Maurício Wojslaw, esclarece que o mapeamento de*  
33 *cargos e funções foi encerrado, restando realizar-se o mapeamento dos servidores que ocupam*  
34 *as funções e cargos, o que proporcionará uma melhor metodologia para o plano de*  
35 *capacitação e transferência de servidores para funções em que melhor se encaixem. A*  
36 *proposta é finalizar os estudos até o meio do próximo ano, para implantar a gestão de*  
37 *mapeamento de competência na UFABC, quando serão apresentados os resultados a este*  
38 *Conselho; 7) comunica que houve solicitação para que fosse apresentada uma lista com os*  
39 *docentes e suas alocações e espaços de pesquisas, ao que professor Klaus informa que no site*  
40 *da UFABC há um link com todos os docentes e que levantará as demais informações junto*  
41 *aos Centros; 8) passa a palavra para a Secretária-Geral, Soraya Cordeiro, que sugere a*  
42 *promoção do item 1 do Expediente, a saber “Calendário ConsUni 2013” para a Ordem do*  
43 *Dia. Aprovado por unanimidade. **Informes dos Conselheiros:** 1) Professor Derval destaca*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 que, além da avaliação positiva que a UFABC obteve no Enade, analisou-se o perfil dos  
2 alunos, sendo que, dos cursos que obtiveram os primeiros lugares, 50 alunos realizaram a  
3 prova, mesmo ela não sendo obrigatória. Parabeniza a todos pelos excelentes resultados; 2)  
4 professora Rosana comunica que optou por substituir a resolução que regulamenta as normas  
5 gerais para elaboração das propostas orçamentárias que havia sido apresentada anteriormente,  
6 sugerindo a não retirada de pauta; 3) professor Christoffolete inicia apresentação sobre os  
7 riscos de acidentes na UFABC, fruto do trabalho de três comissões: Comissão de Gestão de  
8 Resíduos (CoGRE), Comissão Permanente de Segurança Laboratorial (CPSL) e Comissão de  
9 Ética Ambiental (CEA), sendo que cada comissão é responsável por um ponto específico do  
10 tema, mas com o objetivo único da diminuição do risco de acidentes. Relata que o  
11 armazenamento de reagentes e o descarte de resíduos são os aspectos mais perigosos da  
12 universidade, elucidando, por meio de fotos, a situação atual da UFABC e as providências já  
13 tomadas. Elenca algumas das metas das comissões: recolhimento dos resíduos acumulados,  
14 estabelecimento de normas, certificação de laboratórios, implantação total da política de  
15 gestão de resíduos com respectivo contrato junto à empresa especializada, entre outras.  
16 Esclarece que, para viabilização de algumas das metas é necessária uma edificação inabitada  
17 ou uma edificação com baixo fluxo de pessoas. Solicita manifestação de apoio do Conselho  
18 quanto às metas. Professor Anderson menciona o funcionamento não adequado dos alarmes  
19 de incêndio. Após discussão e sugestões, professor Waldman finaliza, alegando que a  
20 apresentação reforça a importância do assunto e atenta para que o Conselho possa trabalhar  
21 com essas questões; 4) professor Joel solicita que o item 5 do Expediente, “Homologação da  
22 minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 31 que estabelece  
23 subsídio sobre o valor cobrado no restaurante universitário aos alunos regulares da pós-  
24 graduação da UFABC”, seja promovido à Ordem do Dia. Aprovado por unanimidade. Propõe  
25 a seguinte moção de apoio ao projeto de emenda constitucional do deputado Jean Wyllys que  
26 altera o Artigo 226. da Constituição Federal: “*O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni)*  
27 *da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições*  
28 *legais e considerando:* • *que o Deputado Federal Jean Wyllys encaminhou a esta*  
29 *Universidade em 13/9/2012 a solicitação de posicionamento quanto à Proposta de Emenda*  
30 *Constitucional (PEC) que dá nova redação aos §§ 1º. e 3º. do Art. 226 da Constituição*  
31 *Federal;* • *as recentes conquistas e avanços do grupo LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais,*  
32 *Travestis e Transgêneros) junto ao Poder Judiciário, no que se refere à igualdade social;* •  
33 *que a aprovação do PEC em questão demonstrará o avanço da sociedade brasileira na*  
34 *garantia do exercício da cidadania por todos os brasileiros, independentemente de sua*  
35 *orientação sexual;* • *que a Proposta de Emenda Constitucional direciona para a construção*  
36 *de uma sociedade de fato livre, justa e igualitária e a UFABC acredita ser seu papel*  
37 *contribuir para a efetivação dessa realidade. O Conselho Universitário da UFABC manifesta*  
38 *seu apoio a “PEC do Casamento Civil Igualitário” e solicita ao Presidente deste Conselho*  
39 *que encaminhe esta Moção ao Deputado Federal Jean Wyllys para ciência do apoio recebido*  
40 *por esta Instituição”.* Aprovado com 26 votos favoráveis e 4 abstenções; 5) professor  
41 Claudionor informa que um docente não pôde ministrar uma disciplina dos Bacharelados  
42 Interdisciplinares em razão da greve e, para atender o Art. 3º, alínea b da Resolução  
43 ConsUni nº 37, que trata da progressão funcional, somente poderá ministrar a disciplina em



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 meados de 2013, o que sobrepõe sua data de seu interstício. Questiona se o docente precisa  
2 entrar com recurso junto ao ConsUni. Professor Waldman afirma que o docente deverá fazer  
3 solicitação à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e, caso a resposta seja  
4 negativa e não houver concordância por parte do professor, este poderá interpor recurso junto  
5 ao ConsUni. Professor Gregores propõe que a sessão inicie-se com a discussão do Calendário  
6 ConsUni 2013, ao que a Mesa acata a proposta. Dentre alguns questionamentos e sugestões,  
7 propõe-se que as reuniões ordinárias nas datas previstas sejam realizadas das 9h às 12h e das  
8 14h às 18h. Proposta secundada e aprovada por 16 favoráveis, 10 contrários e 3 abstenções.  
9 Passa-se à votação do Calendário como um todo. Aprovado por 24 votos favoráveis, 1  
10 contrário e 4 abstenções. **Pauta Suplementar: Ordem do Dia:** 1) Minuta de Resolução que  
11 normatiza o regime de trabalho de dedicação exclusiva dos docentes da UFABC (revoga a  
12 Resolução ConsUni nº 4). Professor Waldman retoma o item 1, informando que já fora  
13 amplamente discutido e que novos destaques serão votados. Sugere-se a alteração do  
14 parágrafo 2º do artigo 5º: onde se lê: “*Em caso de remuneração para o docente, a aprovação*  
15 *do Diretor deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro.*”, leia-se “*Em caso de*  
16 *remuneração para o docente, deverá ser homologada pelo respectivo Conselho de Centro e*  
17 *também deverá haver a apreciação e aprovação da Comissão Permanente de Convênios e*  
18 *Overhead (CPCO)*”. Diversos conselheiros expõem que há outros artigos com a mesma  
19 redação e que, caso um deles seja alterado, é necessária a correção dos demais. Ainda  
20 proferem que essa proposta é muito genérica e a CPCO não possui condições de atender toda  
21 a demanda. Proposta não aprovada, com 7 votos favoráveis, 15 contrários e 6 abstenções.  
22 Retomadas as discussões, propõe-se o estabelecimento de um limite para retribuição, o qual  
23 terá ou não apreciação da CPCO. Proposta encaminhada para votação. Não aprovado com 22  
24 votos contrários. Sugere-se a supressão do termo “com ensino pago” no parágrafo 4º do artigo  
25 5º. Havendo discordância entre os conselheiros, professor Dalpian propõe que se discuta o  
26 artigo 5º posteriormente, o que é acatado pelos conselheiros. Propõe-se a retirada do  
27 parágrafo 1º do Art. 6º. Encaminhada para votação, a proposta é aprovada com 6 votos  
28 favoráveis, 2 contrários e 16 abstenções. Sugere-se a supressão do trecho “[...] da carga  
29 mínima [...] anualmente [...]” do parágrafo 2º do art. 6º. Professor Gregores afirma que as 40h  
30 semanais não correspondem à carga mínima de trabalho, mas à carga horária semanal total.  
31 Após consulta à CGRH, a Mesa acata a retirada do vocábulo “mínima”. É proposta a retirada  
32 do Art. 8º e seus parágrafos integralmente. Após discussão, professor Arnaldo sugere que se  
33 inclua o vocábulo “conveniadas” no *caput* do referido artigo, definindo, assim, a quantidade  
34 de atividades que poderão ser iniciadas sem autorização do diretor Centro, o que foi acatado  
35 pelo proponente. No *caput* do Art. 6º, propõe-se retirar o termo “ou não” após a palavra  
36 “remuneradas”, o que é acatado pelo proponente. No Art. 9º, sugere-se a supressão do  
37 parágrafo 2º. Sugestão acatada pelo proponente. Professor Mauro ressalta que é necessário  
38 retornar ao Art. 8º, devido a algumas inconsistências existentes e, para a votação das demais  
39 propostas, é necessária a discussão do artigo 5º. Após algum tempo de discussões e verificado  
40 impasse, a Mesa sugere que um grupo de conselheiros trabalhe para analisar todas as  
41 inconsistências existentes na resolução, apresentando-as e retomando as discussões numa  
42 próxima sessão ordinária. Professor Joel apoia a proposta da Mesa, ressaltando que alguns  
43 conselheiros que são contra a aprovação da resolução estão criando vários empecilhos para



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 sua votação, atrapalhando o andamento das atividades. Professor Dalpian solicita voluntários  
2 para o grupo de estudo acerca do tema, definindo sua composição pelos conselheiros Gilberto,  
3 Guiou, Patrícia Guilhermitti, Itana, Dácio e Josué. Professor Dácio esclarece que o grupo de  
4 trabalho original baseou-se na lei existente para confeccionar a resolução e explica que há um  
5 projeto de lei de caráter muito mais restritivo. Assim, o ConsUni necessita aprovar uma  
6 resolução muito clara e consistente. Professor Joel concorda com o exposto e sugere que o  
7 item seja retirado de pauta, delimitando-se um prazo e estabelecendo-se um compromisso  
8 para que retorne mais claro. Professor Waldman acata a retirada de pauta e informa que o item  
9 retornará quando o grupo instituído tenha concluído os trabalhos. Acrescenta que a  
10 continuação desta sessão contará com os itens do Expediente da pauta suplementar, passando-  
11 se, em seguida, para a pauta da III sessão ordinária. Solicita-se que o professor Dácio presida  
12 o grupo de estudos, o que é acatado pelo Conselho. Propõe-se a continuação dessa reunião no  
13 dia 18 de dezembro de 2012 ou no dia 22 de janeiro de 2013, ficando designado que a  
14 Secretaria-Geral irá verificar o quórum para a primeira data e comunicará aos conselheiros.  
15 Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o magnífico reitor agradeceu  
16 a presença de todos e encerrou a sessão às 17h47. -----  
17 Aos 5 dias do mês de fevereiro do ano de 2013, no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 - 3º  
18 andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A,  
19 Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realizou-se a continuação da III sessão ordinária do  
20 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2012, previamente convocada e  
21 presidida pelo magnífico reitor em exercício, professor Gustavo Martini Dalpian, com a  
22 presença dos seguintes Conselheiros: Alexandre Figueiredo Lago, representante docente do  
23 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Ana Maria Pereira Neto, representante  
24 suplente docente do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do CCNH; Carlos  
25 Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de  
26 graduação; Edmárcio Antonio Belati, representante docente do CECS; Elienai de Almeida  
27 Reis, representante discente de graduação; Fernando Zaniolo Gibran, representante docente  
28 do CCNH; Francisco de Assis Comarú, substituto eventual do pró-reitor de extensão; Guiou  
29 Kobayashi, representante docente do CMCC; Igor Leite Freire, representante docente do  
30 CMCC; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; João Manuel M. Coutinho,  
31 representante discente de graduação (até as 15h27); Joel Pereira Felipe; pró-reitor de assuntos  
32 comunitários e políticas afirmativas; Josué Silva dos Santos, representante discente de pós-  
33 graduação; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Marcelo Busotti Reyes,  
34 representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);  
35 Marcelo Carlos Cunha Breganhola, representante dos técnicos administrativos; Marcelo  
36 Oliveira Costa Pires, representante suplente docente do CCNH; Marcos Joel Rúbia, pró-reitor  
37 de administração; Maria de Lourdes Merlini Giuliani, representante docente do CMCC; Maria  
38 Gabriela S. Martins C. Marinho, representante docente do CECS; Marcelo A. Leigui de  
39 Oliveira, representante suplente docente do CCNH; Michel Oliveira da S. Dantas,  
40 representante docente do CECS; Rogério Perino de Oliveira Neves, representante docente do  
41 CMCC; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos;  
42 Rosana Denaldi, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; Sérgio José  
43 Custódio, representante discente de pós-graduação; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC.



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 Ausências justificadas: Eduardo de Moraes Gregores, representante docente do CCNH;  
2 Gilberto Martins, Diretor do CECS; Nasser Ali Daghastanli, representante docente do CECS;  
3 Ausentes: Claudionor Francisco do Nascimento, representante docente do Centro de  
4 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Fatima Crhistine da Silva,  
5 representante dos servidores técnico-administrativos; Jefferson José da Conceição,  
6 representante da comunidade civil; José Carlos da Silva, representante suplente dos técnicos  
7 administrativos; Josiene Silva, representante da comunidade civil; Leonardo Santos Salles  
8 Varallo, representante discente de graduação; Rodrigo Reis de Oliveira, representante  
9 discente de graduação; Sergio Daishi Sasaki, representante docente do CCNH; Não-votantes:  
10 Soraya Cordeiro; secretária-geral e Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos. Apoio:  
11 Aline Santiago, Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral.  
12 Havendo quórum legal, o magnífico reitor em exercício Gustavo Martins Dalpian, após  
13 cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h18, dando as boas vindas a todos e  
14 convidando professor Klaus Capelle para compor a Mesa. Anuncia que, por se tratar de uma  
15 continuação, não haverá informes. Menciona a tragédia ocorrida em Santa Maria e cita a  
16 mensagem de apoio enviada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Solicita um  
17 minuto de silêncio do ConsUni, em memória às vítimas do ocorrido. Pausa de um minuto.  
18 **PAUTA SUPLEMENTAR. Expediente:** Minuta de Resolução que altera a Resolução  
19 ConsUni nº 61. Professor Klaus Capelle recorda que o item já fora relatado na II sessão  
20 ordinária de 2012, quando o quórum esgotou-se durante sua explanação. Explica tratar-se de  
21 uma proposta que busca equalizar a Resolução à prática que vem sendo vivida na Comissão  
22 Permanente de Convênios e Overhead (CPCO). Os principais ajustes estão ligados à  
23 terminologia. O primeiro trata da palavra “overhead”, muito comum no ambiente acadêmico,  
24 mas que não está presente na legislação brasileira e, assim, foi substituída pela expressão  
25 “Taxa de Ressarcimento Institucional” (TRI). Ressalta que o “O” da sigla CPCO permanece  
26 como parte da palavra “convênio”. Acrescenta que as porcentagens constantes da resolução  
27 anterior estão vinculadas ao regulamento interno da Fundep, não devendo figurar em uma  
28 resolução da UFABC e, portanto, foram suprimidas. Adiante, informa ter sido incluído o  
29 inciso V do Art. 2º, que acrescenta aos objetivos dos termos de colaboração a “transferência  
30 de recursos oriundos da iniciativa privada.” Ainda, foram incluídos os incisos de IV a VI no §  
31 3º do Art. 3º, que determinam que, na composição do Conselho Gestor do Fundo  
32 Universitário para Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNPEX), haverá 1 (um) representante  
33 docente de cada Centro, bem como seus respectivos suplentes. Informa que a nova Resolução  
34 dispõe que pesquisadores não vinculados a atividades docentes da UFABC poderão pleitear  
35 recursos, apenas, se afiliados ao Programa Pesquisador Doutor Colaborador (PDC). No  
36 parágrafo único do Art. 5º, esclareceu-se a questão do custo total do termo de colaboração  
37 técnico-científico, que já deve incluir o valor da TRI. Quanto à composição da CPCO, foram  
38 propostas duas modificações: 1) saída de um membro da Prefeitura Universitária (PU); 2)  
39 inclusão de um representante da Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Por fim, foi  
40 acrescentada à nova Resolução a necessidade de a CPCO apresentar ao ConsUni um relatório  
41 anual das atividades desenvolvidas. Abre-se para discussão. Professora Itana acredita que, por  
42 a CPCO ser uma Comissão do ConsUni, deveria ser mais representativa de todas as classes da  
43 Universidade, propondo, assim, que tal Comissão conte com 1 (um) membro discente e 1



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 (um) membro técnico administrativo, dentre os eleitos para o ConsUni. Menciona ainda que a  
2 presidência do Conselho Gestor deveria ser melhor discutida. Na ausência de mais  
3 questionamentos, o assunto retorna na Ordem do Dia da próxima sessão. Minuta de  
4 Resolução que institui a Comissão de Políticas Afirmativas da UFABC. O relator, professor  
5 Joel informa que a Resolução tem a finalidade de instituir a Comissão de Políticas  
6 Afirmativas (CPAf) da UFABC, demanda trazida pela Resolução ConsUni nº 88, Art. 28. que  
7 versa: “*Todos os procedimentos e especificidades relacionados à Bolsa Permanência e*  
8 *Auxílios serão estabelecidos em Editais elaborados e divulgados pela ProAP.*” Ainda, o  
9 parágrafo único desse mesmo artigo apresenta que “*Os editais deverão ser submetidos à*  
10 *aprovação de uma Comissão de Políticas Afirmativas a ser criada pelo Conselho*  
11 *Universitário.*” Explica que a proposta é que, mesmo sendo uma comissão assessora do  
12 ConsUni, a CPAf tenha caráter deliberativo em relação às Políticas Afirmativas e de acesso e  
13 permanência da UFABC. Quanto a sua composição, apresenta: “*A Comissão de Políticas*  
14 *Afirmativas - CPAf compor-se-á pelos seguintes membros: I – Pró-reitor (a) de Assuntos*  
15 *Comunitários e Políticas Afirmativas ou seu (ua) substituto (a); II – Chefe da Divisão de*  
16 *Apoio ao Estudante de Graduação; III – por três representantes dos docentes, eleitos pelos*  
17 *seus pares (um docente por Centro); IV – por três representantes discentes de graduação,*  
18 *eleito pelos seus pares; V – por um representante discente da pós-graduação, eleito pelos*  
19 *seus pares; VI – um representante dos técnicos administrativos, eleito pelos seus pares;*  
20 *Parágrafo único: para cada representante será eleito um suplente.*” Dentre as competências  
21 da CPAf, elenca: “*I – propor ações para a efetiva integração dos setores da Universidade*  
22 *buscando a excelência acadêmica da Instituição com inclusão social; II – aprovar os editais*  
23 *de concessão da Bolsa e Auxílios referentes à Assistência Estudantil; III – aprovar os valores*  
24 *da Bolsa e Auxílios; IV – aprovar o orçamento da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e*  
25 *Políticas Afirmativas e acompanhar a aplicação dos recursos; V – propor políticas e*  
26 *programas de apoio ao acesso e à permanência dos alunos da UFABC; VI – promover*  
27 *políticas e programas de apoio psicopedagógico e social, culturais, de lazer e atividades*  
28 *físicas aos alunos de todos os níveis de ensino da UFABC; VII – acompanhar e propor*  
29 *medidas de aprimoramento às políticas de ações afirmativas da UFABC; VIII – deliberar*  
30 *sobre questões disciplinares do corpo discente no que concerne a execução dos programas de*  
31 *apoio da ProAP ; IX – deliberar sobre a administração dos espaços esportivos e de lazer dos*  
32 *Câmpus da UFABC; X – homologar a concessão do Auxílio Emergencial disciplinado no*  
33 *artigo 16 da Resolução nº 88 do ConsUni; XI – atuar como instância superior para receber e*  
34 *analisar recursos decorridos de indeferimentos de Auxílios e Bolsas, depois de analisados*  
35 *pela ProAP.*” Quanto às eleições dos representantes, informa que serão convocadas pela Pró-  
36 Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) e se darão na forma  
37 disciplinada no Regimento Geral da UFABC. Por fim, explica que o mandato dos  
38 representantes eleitos será de 2 (dois) anos e, em caso de impedimento dos titulares ou de seu  
39 desligamento da Instituição, os respectivos suplentes assumirão as funções automaticamente.  
40 Professor Dalpian agradece a relatoria e abre o assunto para discussão. Professor Igor sugere  
41 que se explicita que a bolsa citada na Resolução trata-se da Bolsa Permanência; mostra-se  
42 receoso quanto à delegação da competência de estabelecimento de valor da bolsa à Comissão,  
43 sugerindo, assim, que continue a cargo do ConsUni. Professor Marvulle sugere a alteração do



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 verbo “definir” por “propor” quanto se trata do valor da bolsa, submetendo-o ao ConsUni  
2 posteriormente ou restringindo o valor dentro do orçamento da PROAP. Professor Derval  
3 propõe que seja incluído, dentre os membros da Comissão, um representante da Pró-Reitoria  
4 de Graduação (ProGrad). Professor Dalpian sugere que a Resolução seja encaminhada à  
5 Procuradoria Jurídica (PJ) para verificação de conflitos legais. Considera haver uma diferença  
6 substancial entre a CPAf e comissões como a Comissão de Pós-Graduação (CPG) ou a  
7 Comissão de Extensão Universitária (CEU), pois estas são assessoras das pró-reitorias e não  
8 do ConsUni. Afirma acreditar serem necessárias discussões mais aprofundadas quanto a essas  
9 diferenças. Professor Kamienski entende que, em seu Art. 2º, a Resolução delega poderes  
10 deliberativos à CPAf, mas, mais adiante, limita-os. Sugere que os dispositivos que tratam  
11 dessa questão sejam revistos. Professora Rosana explica que o valor das bolsas têm  
12 acompanhado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).  
13 Para que seja estabelecida uma política institucional, o mesmo padrão deve ser seguido para  
14 todas as bolsas de extensão, de pesquisa e de políticas afirmativas, havendo, assim, tratamento  
15 igualitário para instâncias semelhantes. Sugere que a competência para o estabelecimento do  
16 valor das bolsas seja delegado, pelo ConsUni, às comissões, devendo ser respeitada a  
17 premissa de equiparação aos valores do CNPq. Professor Klaus esclarece que as bolsas para  
18 pesquisa necessitam, obrigatoriamente, seguir o valor definido pelo CNPq, não havendo  
19 discricionariedade da UFABC quanto ao tema. Professor Igor sugere que seja acrescido um  
20 dispositivo que preveja a apresentação, pela CPAf, de um relatório anual ao ConsUni.  
21 Professor Derval acredita que a discussão da equidade levantada por professora Rosana deva  
22 ser estendida a outros itens, como editais e funcionamento das comissões. Professor Joel  
23 explica que o intuito da normatização apresentada é desburocratizar os processos de  
24 concessão de bolsas e auxílios pela ProAP, uma vez que a Comissão seria totalmente  
25 representativa e que o orçamento já estaria definido em reuniões com a ProPlaDI.  
26 Exemplifica, relatando o caso do auxílio transporte que, a cada reajuste definido pelo  
27 governo, necessitaria de nova discussão e aprovação pelo ConsUni, tornando o processo mais  
28 moroso e menos eficiente. Quanto à questão levantada por professor Kamienski, afirma não  
29 haver contradição, uma vez que a Comissão não é deliberativa quanto a qualquer assunto, mas  
30 apenas aqueles elencados em seu Art. 4º. Não havendo mais manifestações, professor Dalpian  
31 encerra as discussões do item. Mesmo com a presença do professor Marvulle, acordou-se que  
32 a Mesa permaneceria com a mesma configuração. Professor Dalpian passa a presidência ao  
33 professor Klaus. **Ordem do dia:** Ata da I sessão extraordinária de 2012, realizada no dia 24  
34 de abril de 2012. Professor Igor solicita correção na página 8, linha 16. Acatado, professor  
35 Klaus encaminha o documento para votação. Aprovado, com duas abstenções. **Minuta de**  
36 **Resolução que Normatiza os Núcleos Estratégicos de Pesquisa da UFABC.** O relator,  
37 professor Comarú, explica que a minuta pretende normatizar os núcleos estratégicos da  
38 UFABC. Observa que a proposta está bem redigida e contextualizada e que representa uma  
39 perspectiva válida e concreta para a construção de uma política de fomento e mobilização dos  
40 docentes da UFABC quanto à formulação de propostas que influenciem o desenvolvimento de  
41 núcleos interdisciplinares, estratégicos e em áreas inovadoras. Elenca as sugestões de  
42 alteração: 1) no inciso VI do Artigo 2º, a substituição do trecho “(...) *impulsionar a criação*  
43 *de novos programas e de novos cursos de pós-graduação, interdisciplinares e inovadores,*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 *explorando as diversas áreas do conhecimento (...)* por “(...) *impulsionar a criação de novos*  
2 *programas e de novos cursos de graduação e pós-graduação, interdisciplinares e inovadores,*  
3 *explorando as diversas áreas do conhecimento (...)*”; 2) no inciso IX do artigo 2º, a  
4 substituição do termo “inserção” por “inclusão”. Finaliza, apresentando parecer favorável à  
5 aprovação da Resolução, incorporadas as alterações sugeridas. Professora Itana demonstra  
6 preocupação quanto à possibilidade de enquadramento do Núcleo de Tecnologia da  
7 Informação (NTI) nessa Resolução, tendo em vista sua denominação, o que não seria  
8 apropriado, pois a Resolução busca tratar de núcleos de pesquisa. Patrícia, representante dos  
9 técnicos administrativos, indaga quanto ao número máximo de docentes nos conselhos  
10 diretivos mencionados no Art. 6º, uma vez que só é explicitado o limite inferior de três  
11 docentes. Professor Joel considera pertinente a observação do relator quanto à inclusão da  
12 graduação na Resolução. Apoia a preocupação de professora Itana, pois o NTI exerce  
13 atividades de gestão, e, portanto, difere-se dos Núcleos Estratégicos de Pesquisa que serão  
14 normatizados pelo presente documento. Professora Rosana acredita que o nome do NTI  
15 poderia ser alterado para Superintendência de Tecnologia da Informação, uma vez que, na  
16 maior parte das universidades, os núcleos estão ligados à Pesquisa. Acredita que tal  
17 preocupação deva ser sinalizada na Resolução. Professor Guiou explica que alguns nomes que  
18 utilizam a palavra “núcleo” são consolidados externamente, considerando mais proveitoso a  
19 alteração do nome dos Núcleos Estratégicos da UFABC. Ainda, defende que o tempo de vida  
20 desses núcleos seja limitado. Professor Dalpian, representando a área demandante, acata todas  
21 as sugestões do relator. Informa que a Reitoria já trabalha para que seja alterado o nome do  
22 NTI para Superintendência. Questionado quanto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT),  
23 passa a palavra para o professor Klaus, que explica que a Lei de Inovação obriga o NIT a ter  
24 esse nome, mas considera que, justamente por isso, não há possibilidade de que seu caráter  
25 seja confundido. Para que fique claro, professor Dalpian solicita que a discussão seja descrita  
26 em ata e que, nos “considerandos” da Resolução, o trecho “*o sucesso dos Núcleos atuais*”  
27 seja substituído por “*o sucesso dos Núcleos Estratégicos atuais*”. Quanto à indagação de  
28 Patrícia, afirma não haver número máximo de docentes nos conselhos diretivos. Concorde  
29 com o professor Guiou quanto ao limite de duração dos núcleos. Professor Marcelo Bussoti  
30 acredita que não se deva explicitar prazos máximos de prorrogação, pois, apenas à medida em  
31 que os estudos forem realizados poder-se-á dimensionar a necessidade, ou não, de  
32 prorrogação. Professor Klaus argumenta que, por os Núcleos serem estratégicos, eles não  
33 devem ter obrigações contínuas e assim, é favorável a que se mantenha o limite para  
34 prorrogações. Ainda, explica que os recursos são limitados e possíveis propostas para novos  
35 núcleos serão prejudicadas, caso não se estabeleça um limite máximo de duração dos  
36 mesmos. Professor Kamienski corrobora a fala de professor Klaus. Professor Marville  
37 acredita que não se possa generalizar a atuação de todos eles e limitar seu tempo de atividade.  
38 Opina que deva haver a possibilidade de mais prorrogações, caso aceitas as justificativas.  
39 Professor Klaus explica que a Resolução não proíbe que um Núcleo se recandidate, apenas  
40 que busque prorrogações ilimitadas. Professor Guiou argumenta que os núcleos foram criados  
41 com caráter temporário para atacar áreas específicas de maneira estratégica e reforça que seu  
42 tempo de existência deve ser pré-estabelecido. Sérgio Custódio, representante discente da  
43 pós-graduação, parabeniza o professor Comarú pela relatoria. Sugere alteração no texto do art.



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 2º, inciso IX, para “[...] em sua premissa de promover a excelência científica comprometida  
2 com a inclusão social e a diversidade.” Professor Comarú corrobora a sugestão de Sérgio.  
3 Mostra-se favorável à limitação do tempo de existência dos núcleos estratégicos para que se  
4 possa abrir espaço para novas áreas. Acredita que se deva debater a nomenclatura de outras  
5 áreas da UFABC, não só dos núcleos. Professor Dalpian acata a sugestão de Sérgio Custódio  
6 e encaminha para a votação as propostas: 1) definição do tempo de existência dos núcleos em  
7 6 anos, prorrogável uma vez por mais 2 anos; 2) definição do tempo de existência dos  
8 núcleos em 6 anos, prorrogável ilimitadamente por mais dois anos. Proposta 1 aprovada com  
9 19 votos favoráveis, 5 contrários e 2 abstenções. Prossegue à votação do documento  
10 completo. Aprovado por unanimidade. Apreciação do relatório de gestão da Fundação de  
11 Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) 2011. Avaliação de desempenho Fundep biênio  
12 2011/2012. Autorização para credenciamento da Fundep como fundação de apoio da  
13 UFABC. Professora Rosana Denaldi inicia sua relatoria com a leitura do contexto histórico:  
14 “A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) é uma instituição que realiza a  
15 gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Sua experiência permite que o  
16 pesquisador, o professor e cientista foquem nas suas atribuições, enquanto a Fundação  
17 realiza ações administrativas e financeiras inerentes aos projetos, como compras,  
18 importações, contratação de pessoal, contabilidade e prestação de contas. Como uma das  
19 suas finalidades é cooperar com outras organizações da sociedade, a Fundep vem atuando  
20 como fundação de apoio de renomadas instituições de ensino e centros de pesquisa. Em 2009,  
21 tornou-se a nossa fundação de apoio e, no ano seguinte, do Instituto Tecnológico de  
22 Aeronáutica (ITA), do Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica (IEAv) e do Instituto de  
23 Fomento e Coordenação Industrial (IFI). Nesse ano, tornou-se uma das fundações de apoio  
24 também do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), da Comissão Nacional de Energia  
25 Nuclear (Cnen) e seus institutos de pesquisa, e do Centro de Desenvolvimento de Sistemas  
26 (CDS), vinculado ao Exército. Desde a criação da UFABC, a Fundep vem participando dos  
27 projetos e da implantação da Universidade como sua fundação de apoio. O primeiro  
28 credenciamento aconteceu em 13/05/2009, com validade de 2 anos. Em 2011, após um  
29 desgastante processo conseguimos sua renovação, que vence em setembro de 2013. Em 13 de  
30 março deste ano foi publicada a Portaria Interministerial nº 191 que alterou os  
31 procedimentos para o credenciamento. A partir desta será solicitada anualmente uma  
32 autorização a ser protocolada junto ao Ministério da Educação (MEC) e será decidida em  
33 ato conjunto do MEC e do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), através do  
34 Grupo de Apoio Técnico (GAT). Considerando as exigências impostas pela portaria e que o  
35 credenciamento da UFABC vence em 18 de setembro de 2013, a Divisão de Convênios  
36 iniciou os trâmites internos necessários para que a Fundep tenha tempo hábil de  
37 complementar a documentação necessária e protocolar o pedido de autorização junto ao  
38 MEC, evitando assim que a UFABC fique sem uma fundação de apoio credenciada.  
39 Considerando que as reuniões do Conselho Universitário (ConsUni) são trimestrais, o prazo  
40 para elaboração das atas e tentando evitar a convocação de reuniões extraordinárias,  
41 submete-se com antecedência as seguintes exigências dispostas na Portaria para apreciação:  
42 - Deliberação do órgão colegiado superior da instituição a ser apoiada, manifestando prévia  
43 concordância com a solicitação de autorização da fundação de apoio; - Ratificação pelo



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 *órgão colegiado superior da instituição apoiada o Relatório Anual de Gestão da fundação de*  
2 *apoio; - Avaliação de desempenho, aprovada pelo órgão do colegiado superior da instituição*  
3 *apoiada demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com*  
4 *a colaboração das fundações de apoio. A avaliação de desempenho foi elaborada pela*  
5 *Divisão de Convênios com base nas avaliações fornecidas pelos coordenadores de projetos*  
6 *desenvolvidos em parceria com a Fundação desde seu credenciamento, em 2009.” Considera*  
7 *de extrema importância para a UFABC a renovação dessa autorização por haver diversos*  
8 *projetos em desenvolvimento. Deste modo, apresenta seu parecer: “Com base nas*  
9 *considerações acima, o parecer da relatora é de que o Conselho Universitário: ratifique o*  
10 *Relatório de Gestão 2011 da Fundep; autorize o envio da avaliação de desempenho da*  
11 *Fundep biênio 2011/2012; autorize o credenciamento da Fundep como fundação de apoio*  
12 *da UFABC para o período de setembro de 2013 a setembro de 2014.” Professor Comarú*  
13 *mostra-se preocupado com a necessidade de revisão da aprovação anual, pois há projetos que*  
14 *transcendem o período de um ano. Ainda, considera que se deva fazer uma reflexão quanto à*  
15 *possibilidade de criação de uma fundação própria da UFABC. Professora Rosana explica que*  
16 *a aprovação é necessária, pois isso é definido por uma portaria interministerial. Considera*  
17 *válida a questão de haver uma fundação própria, mas acredita que essa discussão não possa*  
18 *ser realizada na presente reunião. Professor Dalpian informa que o PDI mencionará a questão*  
19 *das fundações e sinalizará a intenção de criação de uma fundação própria para a UFABC. A*  
20 *representante dos técnicos administrativos, Patrícia esclarece que o fato de a UFABC ter uma*  
21 *fundação de apoio, não a exime de solicitar, anualmente, o credenciamento. Atenta para o*  
22 *fato de que qualquer atraso nesse credenciamento paralisará os projetos que estão em curso,*  
23 *pois, a partir do momento em que uma fundação não está credenciada, ela não mais está*  
24 *autorizada a realizar quaisquer tipos de procedimentos referentes aos projetos da UFABC.*  
25 *Professora Maria Gabriela sugere que o ConsUni recomende a instituição de um grupo de*  
26 *trabalho (GT) para tratar da questão das fundações. Professor Klaus acredita que a criação do*  
27 *GT é inviável por questões legais. Informa que as universidades não podem criar uma*  
28 *fundação própria ou mesmo tomar iniciativa na criação de uma fundação. Explica que a*  
29 *UFABC pode ter uma fundação, apenas, por meio de proposição de órgão a ela externo.*  
30 *Findas as discussões, professor Dalpian encaminha os itens para votação. Aprovados, com 2*  
31 *abstenções. Homologação - Minuta de resolução que estabelece o valor máximo individual*  
32 *para o auxílio à participação em eventos estudantis de caráter científico, acadêmico ou*  
33 *tecnológico a alunos regulares da graduação da UFABC. O representante discente da pós-*  
34 *graduação Josué inicia a relatoria explicando que a Resolução trata da alteração do valor*  
35 *máximo do auxílio à participação de eventos estudantis. Informa que a discussão já ocorreu*  
36 *na Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA), no dia 26 de novembro*  
37 *de 2012 e que a Comissão emitiu parecer favorável a sua aprovação. Finaliza, indicando seu*  
38 *parecer favorável à homologação. Não havendo discussões, passa-se à votação. Aprovado por*  
39 *unanimidade. Homologação - Minuta de resolução que estabelece o valor para bolsas de*  
40 *monitoria acadêmica a alunos regulares da graduação da UFABC. A relatora, professora Ana*  
41 *Maria, esclarece tratar-se da Resolução ConsUni nº 100, que estabelece o valor para bolsas de*  
42 *monitoria acadêmica e que já foi aprovada *ad referendum*. Informa que a referida Resolução*  
43 *eleva o valor da bolsa para R\$ 400,00 (quatrocentos reais), equiparando-a ao valor da bolsa*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 do Programa de Iniciação Científica (PIC). Acrescenta que o assunto já foi apreciado pela  
2 CANOA, que emitiu um parecer favorável à aprovação. Assim, expõe considerar a  
3 equiparação do valor importante pra incentivar a participação de alunos em atividades de  
4 monitoria, garantindo o atendimento a todas as disciplinas que demandam tal atividade. Não  
5 havendo discussões, passa-se à votação. Aprovado por unanimidade. Considerando a ausência  
6 do relator do item 8 da Ordem do Dia, antigo item 5 do Expediente, professor Dalpian  
7 prossegue ao próximo item da pauta, no Expediente. Minuta de Resolução que regulamenta as  
8 Normas Gerais para Elaboração de Propostas Orçamentárias Anuais da UFABC. Professora  
9 Rosana informa que uma resolução bastante diferente da atual foi apresentada à CANOA e a  
10 este Conselho anteriormente, cujo foco era delegar a aprovação do orçamento anual a uma  
11 comissão de Agentes de Planejamento (APs). Explica que não houve consenso quanto àquela  
12 resolução e ela foi reescrita de modo a instituir que o ConsUni aprovará o orçamento no  
13 momento de sua concepção e qualquer alteração deverá a ele ser apresentada e por ele  
14 aprovada. Propõe a retirada dos parágrafos 1 a 3 do Art. 3º, uma vez que não é de  
15 competência da UFABC, estipular prazos ao Governo Federal e ao Congresso Nacional.  
16 Abre-se para discussões. Professora Itana acredita que se deva estipular uma faixa de  
17 divergência entre o valor aprovado e o real para que não haja necessidade de o ConsUni  
18 emitir nova aprovação, pois, caso contrário, a ProPlaDI não teria a flexibilidade necessária  
19 para tratar do orçamento. Professora Rosana explica que, por vezes, uma pequena alteração de  
20 valor acarreta em grandes divergências do que foi planejado e, neste caso, o Conselho  
21 necessitaria emitir nova aprovação. Em casos de poucas adequações, no entanto, tal aprovação  
22 não seria necessária. Não havendo mais manifestações, professor Dalpian sugere a passagem  
23 do item à Ordem do Dia. Aprovado por unanimidade. Abre-se para discussão. O representante  
24 dos técnicos administrativos Marcelo Breganhola propõe que o item “segurança” seja incluído  
25 como serviço essencial no inciso I do Art. 5º, o que é acatado pela área demandante. Indagada  
26 quanto à ordem de prioridades dos itens mencionados no Art. 5º, professora Rosana explica  
27 que o conjunto de itens é prioritário e a falta de recursos para garanti-los configura um  
28 momento de crise, que terá que ser avaliado pelo ConsUni. Após discussões, decide-se pela  
29 inclusão de um parágrafo único no Art. 5º disciplinando nova submissão do orçamento ao  
30 ConsUni, apenas caso se faça necessário o cancelamento total das despesas de que tratam os  
31 incisos do artigo. Professor Guiou sugere que, no Art. 5º, transporte e segurança sejam  
32 explicitados no inciso IV, que trata dos serviços de pessoas jurídicas para a manutenção do  
33 câmpus. Solicita ainda que a numeração dos artigos seja corrigida. Não havendo mais  
34 discussões o documento é encaminhado para votação. Aprovado por unanimidade.  
35 Considerando o retorno do relator do item, professor Dalpian retorna ao item 8 da Ordem do  
36 Dia. Homologação da minuta de resolução que revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 31  
37 que estabelece subsídio sobre o valor cobrado no restaurante universitário aos alunos  
38 regulares da pós-graduação da UFABC. Professor Joel informa que a única alteração da nova  
39 resolução é a extinção do Art. 3º, que previa que “*A partir de 2010, inclusive, os recursos*  
40 *referidos no Artigo 2º ficarão limitados a 90% do valor anual obtido como receita própria*  
41 *pela concessão onerosa da área pública destinada ao Restaurante Universitário*”. Tal  
42 medida tornou-se necessária pela redução significativa do número de refeições servidas no  
43 período da greve em 2012, que acarretou em uma perda de cerca de R\$198.000,00 (cento e



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 noventa e oito mil reais) para a empresa concessionada. Considerando este contexto, nos  
2 meses de greve, permitiu-se que a empresa pagasse à UFABC um valor de concessão 50%  
3 inferior ao usual. Assim, os recursos obtidos não seriam suficientes para garantir o subsídio  
4 aos alunos da pós-graduação nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012. Como  
5 solução, a presente Resolução foi proposta à Reitoria, de modo a não limitar a utilização dos  
6 recursos da Fonte 250 àqueles provenientes da concessão onerosa da área pública destinada ao  
7 Restaurante Universitário e garantir o subsídio aos alunos. Acatada a proposta, a Resolução  
8 foi aprovada *ad referendum* pelo reitor, de modo a possibilitar a utilização dos recursos no  
9 mês de outubro. Não havendo discussões, o item é encaminhado para votação. Aprovado por  
10 unanimidade. Professor Dalpian passa os assuntos que deveriam ser relatados pelo professor  
11 Waldman para o fim da pauta, uma vez que ele encontra-se em período de férias. **Expediente.**  
12 Proposta de criação do curso de pós-graduação *stricto sensu* em Engenharia Elétrica em nível  
13 de doutorado. O relator, professor Kamienski, informa que a necessidade da presente  
14 aprovação se dá por, em 2010, apenas o mestrado em Engenharia Elétrica ter sido aprovado  
15 pelo Conselho, o que não segue o padrão da UFABC. Acrescenta haver uma segunda  
16 diferença entre a presente proposta e aquela aprovada para o mestrado em 2010, que se refere  
17 a uma associação temporária entre a UFABC e a Universidade Estadual de Campinas  
18 (Unicamp), na qual esta tutorará aquela por meio de um grupo composto por seis docentes de  
19 cada universidade escolhidos por seus currículos e produtividade acadêmica e científica.  
20 Acrescenta que o curso será domiciliado na UFABC e contará com disciplinas especiais que  
21 proporcionarão a orientação conjunta dos docentes de ambas as instituições. Informa que  
22 UFABC posiciona-se favoravelmente à orientação dos cursos de doutorado pelo mesmo  
23 grupo de docentes que orientam o mestrado, mas nem todos possuem essa opinião. Salienta  
24 que o curso de pós-graduação em Engenharia Elétrica da UFABC encontra-se em um comitê  
25 de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),  
26 cujo caráter é extremamente conservador e foi necessário pensar-se em uma maneira diferente  
27 de atuação, a fim de facilitar a aprovação desse curso por tal comitê. Professor Edmárcio  
28 ressalta a importância da existência de um curso de doutorado para a propulsão das pesquisas.  
29 Acrescenta que a proposta é que a parceria mantenha-se por 6 (seis) anos e, transcorrido esse  
30 tempo, os docentes da Unicamp desligar-se-ão da UFABC conforme suas orientações  
31 encerrarem-se. Professora Itana entende a aprovação do doutorado seja uma extensão da do  
32 mestrado. Sugere que o assunto seja passado para a Ordem do Dia. Sugere, ainda, que sempre  
33 que o ConsUni tenha aprovado um curso de mestrado, automaticamente, aprove-se o  
34 doutorado. Professor Arnaldo expõe que o período de seis anos para a avaliação seja muito  
35 longo, considerando que um triênio seja mais adequado para o processo de implantação.  
36 Professor Edmárcio explica que o tempo de seis anos deve-se ao fato de o doutorado durar  
37 quatro anos. Então, será possível haver alunos concluintes do curso de doutorado e outros  
38 com o curso em andamento quando do término da parceria. Respondendo à indagação feita  
39 pelo professor Guiou informa que, assim como a parceria necessita da aprovação do ConsUni  
40 da UFABC, ela deverá passar por aprovação na Unicamp. Professor Dalpian questiona se os  
41 colaboradores viriam lecionar na UFABC ou se os alunos terão que assistir a aulas na  
42 Unicamp, ao que professor Edmárcio explica que os docentes da Unicamp não virão à  
43 UFABC para lecionar disciplinas técnicas, uma vez que essas serão lecionadas pelos próprios



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 docentes da UFABC. A contribuição maior desses docentes externos será em relação às  
2 tutorias, direcionando a pesquisa. O representante discente da pós-graduação, Sérgio Custódio  
3 acredita que tal abordagem deveria tornar-se uma estratégia política da pós-graduação da  
4 UFABC. Professor Kamienski esclarece que, em princípio, esse tipo de mecanismo não foi  
5 criado para universidades como a UFABC que está em uma região com alta densidade de  
6 doutores, mas para regiões em que essa densidade é menor. Assim, nesse caso específico,  
7 considera que o mecanismo deva ser aplicado para a UFABC, mas não se pode adotar tal  
8 política para todas as áreas da UFABC. Professor Dalpian encaminha para votação a  
9 passagem do item para a Ordem do Dia. Aprovado por unanimidade. Não havendo  
10 manifestações, prossegue à votação do documento. Aprovado com uma abstenção. Minuta de  
11 Resolução que autoriza a utilização de recursos orçamentários para realização das ações  
12 descritas na Resolução ConsEPE nº 106 e por ela regulamentadas. O relator, Rail Ribeiro,  
13 explica que a Resolução ConsEPE nº 106 cria o auxílio para atividades extraclasse para os  
14 docentes. Informa que a minuta da presente Resolução já foi discutida na CANOA, quando se  
15 decidiu por suprimir a menção do ano a que a resolução refere-se, de modo a, inalterado o  
16 valor do recurso, não haver necessidade de nova aprovação pelo ConsUni. Dada a importância  
17 da aprovação da presente Resolução, professor Derval solicita que o item seja passado para a  
18 Ordem do Dia. Aprovado por unanimidade. Professor Kamienski sugere que seja explicitado,  
19 na ementa da presente Resolução, do que se trata a Resolução ConsEPE nº 106. Não havendo  
20 mais discussões, professor Dalpian encaminha o documento para votação. Aprovado por  
21 unanimidade. Informa haver um pedido da relatora do item 8 do Expediente, professora Maria  
22 Gabriela, para que ele seja encaminhado ao final da lista, o que é acatado pela Mesa. Minuta  
23 de Resolução que cria e dispõe sobre as Comissões de Pesquisa dos Centros da UFABC.  
24 Professor Klaus explica que a minuta de resolução foi elaborada a pedido do ConsEPE, a fim  
25 de implementar a Resolução ConsEPE nº 127, que regulamenta a classificação e as normas  
26 para alocação dos laboratórios de pesquisa da UFABC e faz necessária a criação, em cada  
27 Centro, de Comissões de Pesquisa (CdPs), o que é de competência do ConsUni. Explica que  
28 as comissões terão caráter técnico e não político e, deste modo, colocou-se exigências técnicas  
29 para os membros. Menciona que o mandato dos membros foi restringido ao período de 1 ano.  
30 Professor Dalpian abre o assunto para discussão. Professor Marville indaga sobre o  
31 andamento do Conselho de Pesquisa da ProPes. Professor Igor Leite percebe redundância na  
32 exigência do título de doutor no Art. 4º. No Art. 5º, questiona se há limite para a recondução  
33 de mandatos, considerando interessante que seja especificado um número máximo de  
34 reconduções. Professor Joel expressa dúvida quanto ao At. 4º, no tocante aos membros das  
35 comissões, por considerar que os dispostos não abarcam todas as áreas da UFABC, em  
36 especial, as Humanidades. Ainda, sugere que o verbo “ser”, no item dois, seja alterado, de  
37 modo a permitir àqueles que já coordenaram pesquisas no passado serem contemplados.  
38 Professora Rosana corrobora a menção do professor Joel quanto ao verbo “ser”. Expõe, ainda,  
39 que alguns pesquisadores são financiados por agências de fomento internacionais,  
40 considerando que a resolução deve contemplá-los. Professor Arnaldo considera prudente a  
41 especificação do título de Doutor, devido à aprovação da nova lei que trata da carreira  
42 docente. No *caput* do Art. 4º, sugere a inclusão do texto “no momento do ingresso”, para que,  
43 ocorrendo mudança das regras, eventuais membros não percam seu mandato. Professor Klaus



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 esclarece que o ConsEPE pediu a criação dos CdPs nos Centros e não na ProPes, afirmando  
2 que esta adota um modelo diferente das outras pró-reitorias. Explica que as atividades da  
3 ProPes abrangem setores que são muito diferentes entre si, e cada um desses setores tem a sua  
4 própria comissão. Quanto ao questionado pelo professor Igor , corrobora a fala de professor  
5 Arnaldo, considerando a exigência do título de doutor necessária. Considera que as  
6 reconduções devam ser ilimitadas, pois a característica das comissões é técnica e não política.  
7 Concorda com o professor Joel quanto aos itens do Art. 4º e a substituição do verbo “ser” por  
8 “ser ou ter sido [...] nos últimos dois anos”. Quanto à questão levantada por professora  
9 Rosana, afirma que a resolução não se limita a agências de fomento nacionais. Professor Igor  
10 considera salutar que a comissão seja renovada e, assim, a recondução deve ser limitada.  
11 Acredita que o Art. 4º previne-se quanto à competência do indivíduo e, caso corresponda às  
12 outras exigências, o título de doutor torna-se desnecessário. Professor Guiou percebe certa  
13 inconsistência quanto aos membros que comporão as comissões, pois, a seu ver, há uma  
14 ênfase na graduação, quando a comissão tratará de pesquisa. Quesitona se haverá  
15 representação do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) e do Bacharelado em  
16 Ciência e Humanidades (BC&H). Quanto ao Art. 4º, indaga como os pesquisadores com  
17 projetos sigilosos comprovarão sua experiência. Professor Klaus sugere que sejam  
18 estabelecidas duas reconduções consecutivas. Afirma que gostaria que permanecesse a  
19 exigência do título de doutor para que se mantenha a identidade corporativa da UFABC.  
20 Quanto aos questionamentos de professor Guiou, expõe ser inviável que haja representantes  
21 da pós-graduação, pois estas não pertencem aos Centros. Porém, no Art. 4º, exige-se que os  
22 membros sejam afiliados a uma pós-graduação. Acrescenta que a intenção é que haja  
23 representação do BC&T e do BC&H, mas gostaria de ouvir a opinião do pró-reitor de  
24 graduação acerca da questão. Quanto às pesquisas sigilosas, o autor não poderá mostrar seu  
25 conteúdo, mas poderá apresentar documentação que comprove que a está realizando.  
26 Professor Derval mostra-se favorável à representação dos Bacharelados Interdisciplinares  
27 (BIs), bem como dos cursos específicos de graduação nas comissões de pesquisa. Professor  
28 Arnaldo suscita que, caso se queira incluir os representantes dos BIs, seria necessário alterar o  
29 inciso I do Art. 3º, que versa, quanto à composição: “um representante de cada curso de  
30 Bacharelado do Centro e seu suplente, indicados pela respectiva coordenação do curso”.  
31 Professor Igor expõe que, para participar de um curso pós-BI, o docente deve ser vinculado a  
32 um dos BIs, estando estes, portanto, representados. Professor Dalpian informa que os itens  
33 que ficaram para ser discutidos, sê-lo-ão no dia 26 de fevereiro, em uma continuação dessa  
34 sessão. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor em exercício  
35 agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h43. -----  
36 ----- Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2013,  
37 no horário das 14h, na sala 312-1, Torre 1 - 3º andar, da Universidade Federal do ABC  
38 (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André,  
39 realizou-se a continuação da III sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da  
40 UFABC do ano 2012, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor  
41 Helio Waldman, com a presença dos seguintes Conselheiros: Gustavo Martini Dalpian, vice-  
42 reitor; Alexandre Figueiredo Lago, representante docente do Centro de Ciências Naturais e  
43 Humanas (CCNH); Ana Maria Pereira Neto, representante suplente docente do CECS;



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 Anderson Orzoni Ribeiro, representante docente do CCNH; Arnaldo Rodrigues dos Santos  
2 Júnior, diretor do CCNH; Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Claudionor  
3 Francisco do Nascimento, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e  
4 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Edmárcio Antonio Belati, representante docente do  
5 CECS; Eduardo Scorzoni Ré, substituto eventual do pró-reitor de extensão; Elienai de  
6 Almeida Reis, representante suplente discente de graduação; Fátima Crhistine da Silva,  
7 representante dos servidores técnico-administrativos; Fernando Zaniolo Gibran, representante  
8 docente do CCNH (após as 16h); Wanius José Garcia da Silva, representante suplente docente  
9 do CCNH (das 14h às 16h); Gilberto Martins, Diretor do CECS; Guiou Kobayashi,  
10 representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Igor Leite  
11 Freire, representante docente do CMCC; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC;  
12 João Manuel M. Coutinho, representante discente de graduação; Joel Pereira Felipe; pró-reitor  
13 de assuntos comunitários e políticas afirmativas; José Carlos da Silva, representante suplente  
14 dos técnicos administrativos; Josué Silva dos Santos, representante discente de pós-  
15 graduação; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de pesquisa; Leonardo Santos Salles Varallo,  
16 representante discente de graduação; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante suplente  
17 docente do CMCC; Marcelo Busotti Reyes, representante suplente docente do CMCC; Michel  
18 Oliveira da S. Dantas, representante docente do CECS; Marcelo Carlos Cunha Breganhola,  
19 representante dos técnicos administrativos; Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de administração;  
20 Maria Gabriela S. Martins C. Marinho, representante docente do CECS; Mauro Coelho dos  
21 Santos, representante docente do CCNH; Rogério Perino de Oliveira Neves, representante  
22 docente do CMCC; Ronny Mattos, representante dos técnicos administrativos; Rosana  
23 Denaldi, pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional; Sérgio José Custódio,  
24 representante discente de pós-graduação. Ausências justificadas: Derval dos Santos Rosa, pró-  
25 reitor de graduação; Eduardo de Moraes Gregores, representante docente do CCNH; Sergio  
26 Daishi Sasaki, representante docente do CCNH. Ausentes: Jefferson José da Conceição,  
27 representante da comunidade civil; Josiene Silva, representante da comunidade civil; Nasser  
28 Ali Daghanli, representante docente do CECS; Rodrigo Reis de Oliveira, representante  
29 discente de graduação; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Não-votantes: Soraya Cordeiro;  
30 secretária-geral; Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Alexsandro Cardoso  
31 Carvalho, coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Universidades Federais do  
32 ABC (SinTUFABC), Diogo F. M. Marvulle, discente da graduação, Gabriel Camargo de  
33 Carvalho, discente da graduação; Silas Justiniano Veiga da Silva, chefe da Seção de  
34 Computação Científica e Bruna Cunha de Carvalho, Divisão de Suporte do NTI. Apoio: Aline  
35 Regina Bella e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria-Geral.  
36 Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às  
37 14h17, justificando a inclusão de pauta suplementar pela urgência de adequação dos editais de  
38 concurso público para provimento de cargo efetivo de professor auxiliar – nível I, da carreira  
39 do magistério superior, à Lei Nº 12.772/2012, a fim de se continuar o plano de expansão de  
40 contratação de docentes. Informa que a proposta da Reitoria é que a UFABC mantenha a  
41 exigência do doutorado, respaldada por seu projeto pedagógico, seu Regimento Interno e sua  
42 tradição. Passa a palavra para a secretária-geral, que informa sobre problemas com a gravação  
43 da reunião, pedindo colaboração de todos para que façam silêncio e que os conselheiros que



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 queiram manifestar-se venham até a frente da sala. Professor Waldman lamenta a paralisação  
2 dos servidores que compõem o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). O representante  
3 dos técnicos administrativos, José Carlos, solicita que seja permitido aos servidores do  
4 referido Núcleo a apresentação de um informe sobre a paralisação, ao que professor Waldman  
5 explica que o momento dos informes já foi vencido na primeira parte dessa sessão, não  
6 cabendo, portanto, a solicitação nesse momento. **PAUTA SUPLEMENTAR. Editais para**  
7 **contração de docentes.** Professor Kamienski explica estar presidindo um Grupo de Trabalho  
8 (GT) que possui o objetivo de redefinir o edital para o ingresso de docentes na UFABC, em  
9 função da Lei Nº 12.772/2012, que trata da carreira docente. Expõe haver, na UFABC, vários  
10 editais para serem liberados e que dependem da aprovação do presente item, considerando-a,  
11 assim, de extrema urgência. Elenca as alterações realizadas no Edital de condições gerais de  
12 concurso público para provimento de cargo efetivo de professor auxiliar – nível I, da carreira  
13 do magistério superior: 1) os editais não mais serão para o preenchimento de vagas de  
14 professor adjunto, mas de professor auxiliar; 2) supressão da remuneração inicial, uma vez  
15 que há aumentos previstos para os próximos anos e, caso a remuneração figurasse no Edital,  
16 este teria que passar por nova apreciação do ConsUni a cada aumento; 3) inclusão de um novo  
17 grupo de pontuação no Anexo II, denominado “Titulação”, para o qual poderão ser atribuídos  
18 até 3 (três) pontos, passando o grupo “Produção científica, artística, técnica, cultural” a contar  
19 com até 4 (quatro) pontos e o grupo “Atividade didática” a contar com até 2 (dois) pontos.  
20 Ressalta que se optou pela manutenção da exigência do título de doutor, uma vez que, em  
21 nota, o Ministério da Educação permitiu tal exigência. Quanto ao Edital de abertura de para  
22 concursos específicos, as alterações resumiram-se a adequações à nova Lei e à explicitação da  
23 remuneração inicial, uma vez que esta fora retirada do Edital de condições gerais. Abre-se  
24 para discussão. Professor Gilberto solicita que o item seja passado para a Ordem do Dia.  
25 Secundada a proposta, encaminha-se à votação. Aprovado por unanimidade. O item  
26 permanece em discussão na Ordem do Dia. Professor Guiou sugere que a experiência  
27 profissional que não acadêmica também seja considerada na pontuação do Grupo 2. Professor  
28 Kamienski explica que o GT optou por trazer o edital com modificações mínimas, dada a  
29 urgência de sua aprovação. Professor Rogério passa a palavra para professor Armando  
30 Caputti, que sugere que conste a possibilidade de progressão acelerada após a conclusão do  
31 estágio probatório, de modo a minimizar o impacto do ingresso dos docentes no cargo de  
32 professor auxiliar. Professor Mauro expõe que, ao participar de concursos, percebeu  
33 dificuldades, por parte da banca externa, em mensurar a produção científica, artística, técnica  
34 e cultural, pois, a maior parte dos candidatos apresenta trabalhos apenas nessas áreas, o que  
35 diminui muito suas notas, causando constrangimentos e avaliações imprecisas. O  
36 representante discente Leonardo Varallo solicita explicações quanto ao porquê da exigência  
37 do título de doutor para ingresso na docência da UFABC, uma vez que não percebe a sua  
38 relação com a capacidade didática dos docentes. Professor Kamienski explica que essa é a  
39 visão da maioria das universidades, pois esses profissionais estão aptos a trabalhar, também,  
40 em pesquisa. Ainda, professores não doutores poderão ser liberados de suas atividades, a fim  
41 de concluírem a pós-graduação, o que seria oneroso à universidade. Acrescenta que, para  
42 docência de pós-graduação, é exigido que se tenha o diploma de doutorado, salvo em casos  
43 muito específicos. Professor Dalpian corrobora a fala do professor Kamienski. Ressalta que a



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 ideia é que se exponha a comunidade a professores que produzam conhecimento e não só o  
2 transfiram. Ainda, tal exigência pode ser percebida como um *marketing* para a UFABC por  
3 ela ser a única universidade brasileira que possui essa característica. Professor Joel parabeniza  
4 o GT pela elaboração dos editais. Salienta que a exigência do título de doutorado minimiza a  
5 diferença salarial introduzida pela nova lei, pois todos que ingressarem na docência receberão  
6 a remuneração por titulação referente ao nível de doutorado. Propõe a equiparação da  
7 pontuação dos grupos 3 e 4 do anexo II do Edital de condições gerais, a fim de propulsar o  
8 ingresso de docentes com melhor capacidade pedagógica. Professor Derval atenta para a  
9 importância da exigência do doutorado para a avaliação dos cursos de graduação, dado que a  
10 nota aferida ao corpo docente corresponde a cerca de 1/3 da nota total do curso. Professor  
11 Dalpian sugere que o item retorne ao Conselho em um momento mais oportuno, incluindo-se  
12 um disposto de que as provas possam ser feitas, também, em inglês. Discorda da proposta do  
13 professor Joel por já haver uma prova didática, o que é corroborado por professor Gilberto.  
14 Professor Waldman reflete acerca do questionamento feito pelo discente Leonardo. Afirma  
15 que a característica de geradora de conhecimentos da universidade faz com que ela necessite  
16 de docentes com experiência e conhecimento em pesquisa, da qual faz parte o processo de  
17 doutoramento. Considera ser uma tendência mundial a exigência do título de doutor aos  
18 docentes para que eles possam transmitir aos seus alunos um conhecimento “vivo” e não  
19 estático. Professora Itana concorda com os concursos serem feitos, também, em inglês,  
20 garantindo-se, apenas, que o docente estrangeiro deva aprender a expressar-se em português,  
21 uma vez que há um histórico de alunos que não captam as aulas de professores estrangeiros  
22 em razão da barreira entre línguas. O discente Leonardo agradece as explicações, apesar de  
23 discordar de vários aspectos elencados. Reforça a proposta de equiparação da pontuação dos  
24 grupos 3 e 4 do anexo II do Edital de condições gerais, de modo a considerar igualmente  
25 a capacidade didática e de produção acadêmica. Opõe-se à fala do professor Dalpian quanto  
26 aos concursos serem realizados em língua inglesa, sugerindo que os docentes estrangeiros  
27 sejam obrigados a conhecer a língua portuguesa antes de ingressar na UFABC. Professor  
28 Kamienski mostra-se favorável à manutenção da tabela tal como sugerida pelo GT, pois, com  
29 a inclusão dos pontos por titulação, necessitou-se diminuir os pontos para produção  
30 acadêmica, que é, justamente, a categoria em que os candidatos conseguem somar mais  
31 pontos. Diminuí-la ainda mais fará com que os candidatos atinjam notas muito baixas. O  
32 representante discente da pós-graduação, Sérgio Custódio, acredita que as questões levantadas  
33 pelos professores Guiou e Joel devam ser contempladas. Considera importante uma discussão  
34 sobre os egressos dos cursos de pós-graduação da UFABC que manifestem vontade de nela  
35 exercerem atividades de docência. Quanto à feitura dos concursos em inglês, mostra-se  
36 contrário por acreditar que tal medida privilegia pesquisadores e professores estrangeiros.  
37 Suscita, ainda, a possibilidade de ela ser inconstitucional. Professor Joel explica que o exame  
38 didático é feito em um tempo entre 40 e 50 minutos e é permitido o uso do *data show*, o que  
39 pode mascarar a real capacidade de um candidato. Afirma que a ProAP recebe,  
40 cotidianamente, críticas de alunos que não conseguem entender determinados professores.  
41 Professor Waldman explica que a língua inglesa, como fora o latim, não pode ser considerada  
42 como língua estrangeira, mas como a ferramenta de comunicação entre pessoas de diversas  
43 partes do mundo. Assim, para aqueles que queiram dialogar com o mundo, é essencial



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1   conhecê-la. Quanto à questão levantada pelo conselheiro Sérgio Custódio, afirma que os  
2   concursos para ingresso de docentes são públicos, admitindo, inclusive, a inscrição de  
3   egressos da pós-graduação da UFABC, diferentemente das universidades americanas, em que  
4   a endogenia é proibida. Professor Klaus manifesta-se em favor da proposta tal como  
5   apresentada pelo GT, expondo suas justificativas: 1) o Grupo 3 engloba não apenas a pesquisa  
6   e, equipará-lo ao grupo 4, desvalorizaria as produções artísticas, técnicas e cultural; 2) a não  
7   exigência do título de doutor situaria a UFABC na contramão de todas as grandes  
8   universidades do mundo, que estão mobilizando-se para aumentar o número de doutores em  
9   seu corpo docente; 3) não acredita que a feitura dos concursos em inglês seja  
10  inconstitucional, pois tal medida é adotada pela Universidade de São Paulo (USP). Mostra-se  
11  favorável à prática, caso seja disposto que os professores estrangeiros deverão aprender a  
12  língua portuguesa. Professora Maria Gabriela corrobora a visão de professor Waldman quanto  
13  à necessidade da língua inglesa para estabelecer um diálogo com o mundo. Entretanto, afirma  
14  ser responsabilidade da universidade garantir que o aluno consiga estabelecer esse diálogo em  
15  língua inglesa, sem deixar o ônus da falta de comunicação, integralmente em suas mãos.  
16  Professor Waldman informa que, em reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das  
17  Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), soube que o governo lançará um edital  
18  do programa Inglês sem Fronteiras. Em uma primeira fase, o programa será direcionado aos  
19  alunos comprometidos com o “Ciências sem Fronteiras”, mas espera-se apoiar as  
20  universidades na criação de núcleos de ensino de línguas para que o programa possa ser  
21  estendido a todos os alunos. O representante discente, João Coutinho, acredita que o debate  
22  demonstra desvalorização da didática pelas altas instâncias da UFABC. Mostra-se contrário à  
23  realização das provas de concurso para ingresso de docentes em inglês, pois não há maneira  
24  de garantir que o professor conseguirá lecionar em português. Solicita que a UFABC  
25  disponha-se a debater mais intensamente a oferta de cursos de línguas. Não havendo mais  
26  inscritos e acatada a proposta do professor Caputi em mencionar nos editais a possibilidade de  
27  progressão acelerada dos docentes, professor Waldman encaminha a proposta de equiparação  
28  da pontuação dos grupos 3 e 4, com três pontos cada, apresentada por professor Joel, à  
29  votação contra a proposta da Reitoria de manutenção dos pontos tal como consta no  
30  documento. Proposta da Reitoria aprovada com 17 votos favoráveis, 9 contrários e 2  
31  abstenções. Passa para a votação dos Editais. Edital de condições gerais: aprovado por  
32  unanimidade. Edital de condições específicas: aprovado com 1 voto contrário. O representante  
33  discente Leonardo solicita a retirada de pauta do item 3 do Expediente, que trata da Minuta de  
34  Resolução que dispõe sobre eleição de reitor e vice-reitor. Justifica o pedido expondo a  
35  existência de um acordo em se elaborar uma consulta à comunidade referente à paridade para  
36  as referidas eleições. Considera precipitada o início da discussão sem os resultados da  
37  consulta. Professor Waldman explica que o objetivo da inserção da minuta na pauta é a  
38  realização de uma discussão com tranquilidade e que as principais adaptações realizadas  
39  referem-se, apenas, à definição do ConsUni como o Colégio Eleitoral e à realização das  
40  votações por meio eletrônico. Acredita que a discussão com antecedência seja saudável.  
41  Informa sobre nota técnica do Ministério da Educação (MEC) que solicita que a indicação da  
42  lista tríplice seja feita com 60 dias de antecedência em relação ao final do mandato do reitor  
43  atual, mas deseja que isso seja feito com 90 dias de antecedência. Por outro lado, propõe, na



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 resolução, que a Comissão Eleitoral participe da discussão sobre o calendário. Explica que as  
2 propostas da Reitoria em torno desse processo são operacionais. Apesar de a Reitoria ter  
3 concordado e ainda concordar com a consulta, considera que os processos são paralelos.  
4 Indaga se algum conselheiro secunda a proposta do conselheiro Leonardo. Proposta  
5 secundada, encaminha para votação, a retirada do item da pauta. Alguns conselheiros  
6 mostram-se favoráveis à proposta, com os argumentos de que a discussão será perdida, uma  
7 vez que a aprovação dar-se-á em reunião com os novos membros eleitos do ConsUni e que as  
8 discussões deverão ser baseadas no resultado da consulta. Caso a discussão inicie-se sem a  
9 prévia consulta à comunidade acadêmica, esta estará sendo privada de inserir-se nessa  
10 discussão. Os favoráveis à discussão do item consideram a não discussão contraprodutivo,  
11 uma vez que novas sugestões poderão aprimorar o documento, de modo que, na Ordem do  
12 Dia, ele esteja mais completo e, ainda, as discussões nesse momento são importantes para que  
13 se possa apresentar o resultado das eleições ao MEC com a antecedência desejada. Professora  
14 Rosana acredita que a discussão deva ser iniciada, mas propõe que o item vá para a pauta da I  
15 sessão ordinária de 2013, no dia 26 de março, ainda no Expediente, garantindo que os novos  
16 conselheiros possam debruçar-se sobre o tema. Professor Waldman concorda com a proposta,  
17 mas não gostaria que o item fosse para aprovação, apenas, na reunião de junho, informando  
18 que seria convocada, então, uma reunião extraordinária para a apreciação do item na Ordem  
19 do Dia. O conselheiro Leonardo acata a proposta da professora Rosana, com a condição de  
20 que seja firmado um compromisso de que o item não passará para a Ordem do Dia na reunião  
21 do dia 26 de março. Professor Guiou considera que a discussão do item possa contribuir,  
22 inclusive, com a definição de como a consulta dar-se-á. Professor Arnaldo mostra-se  
23 favorável à consulta e à proposta da professora Rosana. Reitera a necessidade de aprovação  
24 do item antes da reunião de junho. Informa que a consulta, dentro do CCNH, já foi iniciada. O  
25 discente da pós-graduação, Sérgio Custódio, afirma perceber na atual Reitoria uma disposição  
26 para tratar da paridade que não pode ser observada em outras universidades, como, por  
27 exemplo, a USP. Acredita que a questão da paridade seja essencial para o projeto da UFABC.  
28 Professor Waldman sintetiza a discussão informando que a questão de ordem colocada pelo  
29 discente Leonardo fora retirada, sob o compromisso de que o item não configurará a Ordem  
30 do Dia da reunião do dia 26 de março. O representante dos técnicos administrativos Marcelo  
31 Breganhola propõe que seja concedido tempo para um informe extraordinário acerca da  
32 questão do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). Professor Joel sugere à Mesa uma  
33 votação quanto à abertura de um espaço de 3 minutos para tratar da questão. Acatado,  
34 prossegue-se à votação. Aprovado com 2 abstenções. Seguem-se os seguintes relatos: Silas  
35 *“Boa tarde a todos. Meu nome é Silas. Eu sou funcionário do NTI, técnico em informática.*  
36 *Essa é a Bruna, também funcionária. Eu trabalho na Computação Científica. A Bruna*  
37 *trabalha no Suporte. Bem, a princípio eu fiquei um pouco surpreso, assim, porque eu*  
38 *imaginei que a Mesa iria se sensibilizar, inclusive, com esse protesto. Tem muitas pessoas*  
39 *aqui e eu imaginei até, que, inclusive, isso poderia ser sugerido pela Mesa, mas, de qualquer*  
40 *forma, estamos aqui para dar um informe. Vou falar brevemente, até mesmo porque a gente*  
41 *já soltou um e-mail na lista. A carta aberta. Nós estamos com um problema no NTI e hoje é*  
42 *um problema que todos os funcionários estão mobilizados, inclusive as chefias, desde a FG1*  
43 *até a FG5, que nós temos hoje um coordenador absolutamente intransigente e desrespeitoso.*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 *Eu não vou usar muito do meu tempo, eu já vou passar para a Bruna para ela falar um pouco*  
2 *mais, mas é o seguinte: com desrespeito não dá para continuar. Então, vocês imaginem que*  
3 *hoje estamos num movimento que absolutamente cem por cento dos funcionários estão*  
4 *mobilizados, não é metade, não é setenta por cento, não é oitenta por cento, porque a gente*  
5 *imagina que pode haver problemas, mas com desrespeito é impossível continuar e qualquer*  
6 *tipo de diálogo”. Passa a palavra à Bruna “Boa tarde a todos. O que a gente quer deixar bem*  
7 *claro para todos que estão aqui é que a relação que a gente está questionando não é contra a*  
8 *pessoa do professor Amaury, não contra o papel de professor do professor Amaury. Sim, é o*  
9 *papel da gestão. Desde o início houve muitos conflitos com a equipe e a gente fez uma*  
10 *assembleia onde o consenso é geral, a situação é insustentável, tanto pelos que possuem*  
11 *cargo de chefia, tanto pelos que não possuem. Houve suspeitas de assédio moral e a gente*  
12 *pede um posicionamento da Reitoria junto à gente com essa questão, que o Amaury seja, pelo*  
13 *menos, afastado, até que todos esses casos sejam averiguados”. Professor Waldman explica*  
14 *que qualquer atitude em relação ao afastamento do coordenador do NTI seria uma*  
15 *arbitrariedade, uma vez que não houve solicitação de abertura de sindicância sobre nenhum*  
16 *dos casos. Entretanto, dispõe-se a receber denúncias concretas e aplicar os procedimentos*  
17 *regulares estabelecidos na administração pública. Professor Joel esclarece que a negociação*  
18 *com os servidores do NTI está aberta e que, a partir de amanhã, será retomada. Professor*  
19 *Waldman confirma que a Instituição está aberta a negociações permanentemente, mas salienta*  
20 *que a Tecnologia da Informação configura-se em serviço essencial e garantir-se-á que as*  
21 *paralisações só ocorram de acordo com a lei. Retoma as discussões da pauta. **Expediente.***  
22 ***Minuta de Resolução que dispõe sobre eleição de reitor e vice-reitor.** Professor Waldman*  
23 *inicia a apresentação das principais alterações realizadas na Resolução: 1) supressão do*  
24 *qualificativo do período de mandato a que a resolução refere-se, para torná-la geral; 2)*  
25 *transferência da responsabilidade de elaboração do calendário eleitoral para a Reitoria, ouvida*  
26 *a Comissão Eleitoral; 3) inclusão das etapas do processo eleitoral: inscrições, divulgação das*  
27 *inscrições homologadas, campanha eleitoral, consulta à comunidade e sessão do colégio*  
28 *eleitoral convocada com a finalidade de compor a lista tríplice; 4) definição do ConsUni como*  
29 *Colégio Eleitoral; 5) votação por meio de sistema informatizado, de responsabilidade do NTI,*  
30 *atendendo aos requisitos de segurança, confiabilidade, autenticidade e disponibilidade*  
31 *necessários para garantir a lisura do pleito. Abre-se para discussão. Professora Itana não*  
32 *entende a vantagem em o calendário não ser definido pelo ConsUni, pois acredita que ele*  
33 *deva continuar a ser definido pelos representantes da comunidade e que o ConsUni deva*  
34 *nomear os membros da Comissão Eleitoral. Professor Gilberto corrobora a fala de professora*  
35 *Itana. Cita o inciso III do Art. 1º da Lei Nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995: “em caso de*  
36 *consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo*  
37 *da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a*  
38 *manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias”, afirmando que, caso o*  
39 *ConsUni regulamente a consulta, as votações serão em apenas um candidato e o peso da*  
40 *categoria docente será de 70%. Assim, ou se obedece este disposto ou as entidades*  
41 *representativas organizam suas próprias consultas. Ainda, quanto à paridade, questiona se a*  
42 *divisão igualitária do peso dos votos entre as categorias discente, docente e técnico-*  
43 *administrativa é a melhor solução e se a prática se estenderia para todas as eleições*



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 promovidas na UFABC. Lembra, ainda, que, as eleições de reitor e vice-reitor ocorrem  
2 simultaneamente, o que não acontece nos Centros. Professor Waldman expõe ter as mesmas  
3 dúvidas. Discorre que, caso a consulta tivesse caráter decisório, o que, a seu ver, não ocorre,  
4 seria necessário o peso de 70% para os votos dos docentes. Explica ser exatamente por haver  
5 pontos obscuros na legislação que gostaria de discutir o tema a partir da presente reunião.  
6 Informa que as sugestões estão sendo anotadas, para que possam ser incorporadas ao texto  
7 para futuras discussões. Comenta que a intenção, ao tirar o calendário da minuta de resolução,  
8 seria torná-la uma normatização geral, a valer para todos os processos, e, ainda, permitir à  
9 Comissão Eleitoral participar da elaboração desse calendário. Ressalta que a decisão pela  
10 escolha dos membros da referida comissão ser pela Reitoria, agiliza os processos, mas não há  
11 problemas em submetê-la ao ConsUni, caso assim os conselheiros desejem. O representante  
12 discente Elienai passa a palavra para o discente Diogo Marvulle, que questiona a ilegalidade  
13 da consulta paritária, mencionada na fala de alguns conselheiros. Apresenta a nota técnica do  
14 MEC nº 437/2011, itens 23 e 24: *“23. Importante salientar ainda que a realização por*  
15 *associações dos quadros que compõem a universidade ou entidade equivalente de consultas*  
16 *informais à comunidade universitária com a configuração dos votos de cada categoria da*  
17 *forma que for estabelecida, inclusive votação paritária, não contraria qualquer norma posta.*  
18 *24. Independente da realização da consulta (formal ou informal) à comunidade universitária*  
19 *e até mesmo de seu resultado, a elaboração da lista tríplice permanece sendo competência*  
20 *exclusiva do Colegiado Máximo da universidade ou de Colégio Eleitoral que o englobe [...]”*  
21 O representante discente Leonardo passa a palavra para o discente Gabriel. Ele elogia a  
22 posição do Conselho quanto a assegurar que o item não passará para a Ordem do Dia antes de  
23 outra discussão no Expediente. Mostra-se favorável à discussão do Conselho quanto à  
24 consulta à comunidade. Professor Dalpian explica que o item lido pelo discente Diogo refere-  
25 se a uma consulta informal e considera que a eleição de 2013 poderia ser realizada nos moldes  
26 atuais, discutindo-se a paridade para as eleições de 2018. O conselheiro Marcelo passa a  
27 palavra para o servidor Leandro Chemalle, que afirma acreditar que os alunos de cursos à  
28 distância e os tutores da UFABC devam, de alguma forma, participar da consulta à  
29 comunidade. Cita resolução da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) sobre o  
30 processo de sucessão da Reitoria, que prevê uma pesquisa eleitoral como subsídio ao Colégio  
31 Eleitoral, deixando claro que não se trata de uma consulta. Propõe que seja excluído da  
32 resolução em discussão tudo que se refere à consulta para, em outra resolução regulamentar-  
33 se a pesquisa junto à comunidade. O conselheiros Sérgio Custódio acredita que a proposta de  
34 resolução feita pela Reitoria fere os princípios de democracia na UFABC. Considera  
35 fundamental a apresentação de diretrizes do mandato dos candidatos. O conselheiro Leonardo  
36 passa a palavra para o discente Diogo, que afirma que suas pesquisas demonstraram que 38  
37 (trinta e oito) das universidades federais do país já seguem o modelo paritário. Quanto à  
38 consulta informal, não seria feita pelas unidades representativas, mas nos mesmos moldes da  
39 que está prevista, apenas com peso equivalente entre as categorias. A consulta paritária é um  
40 pequeno passo da UFABC em direção à democracia. O técnico administrativo Ronny Mattos  
41 faz coro à fala do discente Diogo, afirmando haver, apenas, 16 (dezesesseis) universidades  
42 federais que não adotam a paridade, dentre elas, a UFABC. Professor Joel afirma que a  
43 realização da consulta foi um compromisso firmado no período pós-greve de 2012, e o



**Serviço Público Federal**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**  
**Conselho Universitário**

ATA Nº 3/2012

1 ConsUni não pode eximir-se dele. Seria necessário apontar nessa reunião qual será a posição  
2 do Conselho quanto a essa consulta, pois, caso contrário, não haverá tempo para as  
3 necessárias providências de uma consulta transparente e auditável. Professor Waldman  
4 considera o aprofundamento da questão de extrema importância, porém, o prazo para a  
5 realização dos trabalhos é muito curto. Acredita que a consulta deveria realizar-se em abril ou  
6 maio. Professor Kamienski afirma que a discussão sobre a sucessão do reitor é extremamente  
7 importante e deve ser encarada como um meio e não um fim. Deve-se pensar em qual a  
8 melhor forma de eleição do reitor para atingir os objetivos da instituição, deixando de lado as  
9 questões de classe, crença e ideologia. Indaga se a maneira atual de eleição não beneficia a  
10 pesquisa e o ensino. Deve-se realizar uma pesquisa que delimite os benefícios percebidos  
11 pelas universidades que adotaram a paridade. A discussão deve ser permanente e não apenas  
12 para essa eleição. O servidor José Carlos passa a palavra para o técnico administrativo  
13 Alexandro, que explica que a compreensão construída é de que a Constituição Federal de  
14 1988 delegou o poder especial da autonomia universitária às universidades. Essa autonomia, a  
15 seu entender, permite que a UFABC estabeleça suas eleições como bem entender. Propõe que  
16 seja montada uma comissão eleitoral para a consulta à comunidade, composta por um  
17 membro de cada entidade e três membros do ConsUni para representá-lo, como um ato do  
18 ConsUni. Devido ao avançado das horas, encerram-se as discussões e o assunto deverá  
19 compor a pauta da próxima sessão ordinária desse Conselho, no Expediente. Como nenhum  
20 dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor agradeceu a presença de todos e  
21 encerrou a sessão às 17h54.

Fabiane Alves  
Chefe da Divisão de Conselhos

Aline Regina Bella  
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani  
Assistente em Administração

Soraya Aparecida Cordeiro  
Secretária-Geral

Helio Waldman  
Reitor